

# MCCE

Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral

## Manifesto contra a ditadura do poder econômico e em defesa da liberdade de voto

Brasília/DF, 1º/09/2015.

De mais de sessenta entidades nacionais organizadas sob a égide do MCCE – Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – parte, neste momento da maior gravidade da vida política nacional, um brado de alerta contra a ditadura que exerce o poder econômico sobre as eleições no Brasil.

Trata-se, a bem da verdade, de uma ditadura. Uma ditadura insidiosa e opressiva, que age nos bastidores da política, escolhendo candidatos, decidindo o resultado das eleições e sobrepondo seus interesses em detrimento do bem comum do povo brasileiro.

O braço normativo dessa ditadura do poder econômico tem sido, nada mais nada menos, do que o capítulo do direito eleitoral que trata do financiamento de campanhas.

Cumpra perguntar: Qual é, ou qual deveria ser, a função das normas que regem o financiamento eleitoral ?

A resposta está enunciada solenemente na própria Constituição:  
Assegurar a proteção da normalidade e da legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico.

No Brasil de hoje, é precisamente o contrário que ocorre: essas normas não fazem outra coisa senão assegurar que o poder econômico continue a ser não apenas influente, mas claramente dominante no processo eleitoral brasileiro.

O financiamento de partidos e de candidatos por empresas, que não tem limite fixo igual para todas, mas consiste de doações tanto maiores quanto maior for o faturamento bruto da empresa doadora, tem operado notável concentração de poder nas mãos de poucos.

Os números são assombrosos : apenas 10 grandes empresas financiaram as campanhas de 70% dos deputados federais eleitos em 2014. De cada 10 deputados federais, portanto, 7 foram financiados pelos 10 doadores empresariais que mais “investiram” nos políticos. São 360 dos 513 deputados, distribuídos em 23 partidos diferentes.

• ABMVL • Abong • Abracci • Abramppe • ADPF • Ajufe • AJD • Amarribo • AMB • Ampasa • AMPCON • Anadef • Anamatra • ANPR • ANPT • ANTC • APCF  
• A Voz do Cidadão • Bahá'í • Cáritas Brasileira • CBJP • CFC • CFF • Coffito • CNBB • CNS • CNTE • Confea • Cofen • Conam • Conamp • Conic • Contag  
• Conter • Criscor • CSDDH • CUT Brasil • Fenafisco • Fenaj • Fisenge • FNP • Fonacate • Força Sindical do Paraná • GOB • IAB • Ibase • IFC • Inesc  
• Instituto Atuação  
• Instituto Ethos • MPD • OAB • Rits • Sinait • Sindifisco Nacional • Sindilegis • Transparência Capixaba • Unacon Sindical • Unasus • UNE • Voto  
Consciente

**Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral**

SAS Quadra 05, Lote 2, Bloco N - Ed. OAB, 1º andar - Brasília-DF - CEP: 70.070-913 | Tel: +55 (61) 2193-9746 | mcce.org.br | mccenacional@gmail.com

# MCCE

Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral

Ninguém se iluda! Ninguém imagine que os políticos eleitos dessa forma vão depois virar as costas aos seus financiadores. Não, o efeito corruptor das doações de campanha pode ser constatado na atividade diária desses políticos, que se dedicam com afinco a promover e assegurar os interesses das forças econômicas que financiaram suas campanhas.

Agora esses mesmos deputados, aferrados aos seus próprios interesses e indiferentes ao clamor da opinião pública, aliás constatada em pesquisa, acabam de aprovar a inclusão, no texto da própria Constituição, da permissão para o financiamento empresarial dos partidos políticos.

O Supremo Tribunal Federal já havia reconhecido a patente inconstitucionalidade das disposições de lei que preveem essa forma de financiamento, em julgamento – como todos sabem – suspenso por um prolongado pedido de vista.

A depender da forma como atuará o Senado, eventual emenda à Constituição nesse sentido violará cláusulas pétreas, como o princípio democrático e o direito à igualdade, e terá que ter sua inconstitucionalidade também reconhecida pelo STF.

Para que o processo eleitoral seja livre, pelo respeito ao princípio “uma pessoa, um voto”, pela sinceridade dos escrutínios, pela construção de uma democracia real, com soberania popular, é que nos manifestamos, afirmando:

Abaixo a ditadura do poder econômico ! Pela liberdade de voto, já !

Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – MCCE  
Voto não tem preço, tem consequências.

16º Aniversário da Lei 9840/99 (Lei da Compra de Votos)  
5º Aniversário da LC135/10 (Lei da Ficha Limpa)

MCCE | 13 ANOS (2002-2015)

• ABMVL • Abong • Abracci • Abramppe • ADPF • Ajufe • AJD • Amarribo • AMB • Ampasa • AMPCON • Anadef • Anamatra • ANPR • ANPT • ANTC • APCF  
• A Voz do Cidadão • Bahá'í • Cáritas Brasileira • CBJP • CFC • CFF • Coffito • CNBB • CNS • CNTE • Confea • Cofen • Conam • Conamp • Conic • Contag  
• Conter • Criscor • CSDDH • CUT Brasil • Fenafisco • Fenaj • Fisenge • FNP • Fonacate • Força Sindical do Paraná • GOB • IAB • Ibase • IFC • Inesc  
• Instituto Atuação  
• Instituto Ethos • MPD • OAB • Rits • Sinaít • Sindifisco Nacional • Sindilegis • Transparência Capixaba • Unacon Sindical • Unasus • UNE • Voto  
Consciente

**Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral**

SAS Quadra 05, Lote 2, Bloco N - Ed. OAB, 1º andar - Brasília-DF - CEP: 70.070-913 | Tel: +55 (61) 2193-9746 | [mcce.org.br](http://mcce.org.br) | [mccenacional@gmail.com](mailto:mccenacional@gmail.com)